

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.331 - MS (2015/0273850-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : VIAÇÃO GARCIA LTDA
ADVOGADOS : PAOLA CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR062948
SANDRA SOLEDAD ESTELLÉ ESCOBAR - PR040412
RECORRENTE : EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A
ADVOGADOS : VALDEMIR DA SILVA PINTO E OUTRO(S) - SP115567
LUCIANO ROGÉRIO BRAGHIM - SP149792
FERNANDO HENRIQUE CHELLI - SP249623
GLEISON MAZONI - SP286155
RECORRENTE : EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA
ADVOGADOS : JOSÉ WALTER DE QUEIROZ MACHADO E OUTRO(S) -
MG019094
SILAS MELO MORAES - MG098553
GUSTAVO HENRIQUE DE QUEIROZ MACHADO -
MG127829
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : VIACAO MOTTA LIMITADA
INTERES. : EUCATUR-EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES
E TURISMO LTDA
INTERES. : EMPRESA REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
INTERES. : VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A PASSE LIVRE NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL. CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI DE PROTEÇÃO DE SUJEITOS VULNERÁVEIS. COISA JULGADA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. EFEITOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. PRECEDENTES DO STJ. LEI 8.899/1994. LIMITAÇÃO DO DECRETO 3.691/2000. ANÁLISE DE PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. SENTENÇA *EXTRA PETITA* NÃO RECONHECIDA. CARACTERÍSTICAS PARTICULARES DO PEDIDO NO PROCESSO CIVIL COLETIVO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 128, 264, 282, 293 E 294 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A questão jurídica deduzida envolve, essencialmente, a discussão sobre o direito das pessoas com deficiência e comprovadamente carentes ao transporte interestadual gratuito – "passe livre" – instituído pela Lei 8.899/1994, sem a limitação do número de assentos imposta no artigo 1º do Decreto 3.691/2000, e sobre a fixação dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.

2. Em caso de dúvida ou lacuna, a legislação de proteção de sujeitos vulneráveis deve ser interpretada ou integrada da forma que lhes seja mais favorável, vedado ao administrador e ao juiz acrescentar, acentuar ou inferir limitações ao exercício

pleno dos direitos individuais e sociais previstos na Constituição e nas leis. Exatamente em decorrência da particular condição física, mental ou sensorial a exigir atenção elevada e prioritária para que se viabilize por completo sua inalienável dignidade humana, as pessoas com deficiência precisam de mais direitos – e também de direitos mais eficazes –, predicado não só inseparável do Estado Social de Direito, constitucionalizado em 1988, como também indicador do *grau de civilização* dos brasileiros.

3. Na hipótese dos autos, recorrer aos "limites da competência" para reduzir a efetividade da decisão em Ação Coletiva implica infringência ao microssistema normativo do processo civil coletivo, segundo o qual o juízo do foro da Capital do Estado ou do Distrito Federal detém competência absoluta para julgar as causas que tratem de dano de âmbito nacional ou regional, aplicando-se, ademais, as regras do CPC aos casos de competência concorrente. Nesse contexto, deve-se fugir de eventual interpretação literal do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997 que lhe confira sentido de limitar a eficácia da coisa julgada, porquanto tal hermenêutica ofende a integração normativa entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e as da Lei da Ação Civil Pública. Precedentes do STJ.

4. A propósito, a Corte Especial decidiu, em recurso repetitivo, que "os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)" (REsp 1.243.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado sob a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, DJe 12/12/2011).

5. No que diz respeito à alegação de ofensa ao artigo 1º do Decreto 3.691/2000, sob o argumento de que a limitação no número de assentos a pessoas com deficiência não extrapola os termos da Lei 8.899/1994, nota-se que a matéria foi analisada e decidida pelo Sodalício *a quo* sob o viés constitucional. Com efeito, a Corte de origem estabeleceu que a limitação de 2 (dois) assentos em cada veículo, prevista no Decreto 3.691/2000, importa em ofensa aos comandos constitucionais que asseguram tratamento diferenciado às pessoas com deficiência, com o fim de propiciar-lhes integração na sociedade e garantir-lhes pleno exercício dos direitos individuais e sociais. Dessarte, inviável a análise da *quaestio iuris* pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de invadir a competência do STF.

6. O Tribunal *a quo* promoveu interpretação lógico-sistemática do pedido formulado na inicial, não havendo falar em julgamento *extra* ou *ultra petita*. Ademais, na Ação Civil Pública, ao contrário da litigiosidade e da processualística tradicionais, *o pedido é fluido* ou *aberto*, pois incumbe ao juiz dar eficácia plena aos direitos e obrigações subjacentes à causa de pedir, mesmo quando as providências judiciais necessárias estiverem meramente implícitas. Em síntese, no processo civil coletivo o juiz não decide sobre fragmentos aleatórios ou periféricos, mas, sim, sobre a totalidade de um microssistema jurídico metaindividual, normalmente composto de prerrogativas indisponíveis e de ordem pública, que precisa de efetividade imediata, se necessário garantido pela via judicial.

7. Quanto à suposta violação dos arts. 264, 282, 293 e 294 do CPC, registre-se que o Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por afrontados não foram apreciados

Superior Tribunal de Justiça

pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

8. Recursos Especiais não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: ""A Turma, por unanimidade, negou provimento aos recursos, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães (Presidente) e Francisco Falcão votaram com o Sr. Ministro Relator.

PRONUNCIAMENTO ORAL DA SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, Dra. MÔNICA NICIDA GARCIA."

Brasília, 18 de outubro de 2016(data do julgamento).

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.331 - MS (2015/0273850-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : VIAÇÃO GARCIA LTDA
ADVOGADOS : PAOLA CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR062948
SANDRA SOLEDAD ESTELLÉ ESCOBAR - PR040412
RECORRENTE : EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A
ADVOGADOS : VALDEMIR DA SILVA PINTO E OUTRO(S) - SP115567
LUCIANO ROGÉRIO BRAGHIM - SP149792
FERNANDO HENRIQUE CHELLI - SP249623
GLEISON MAZONI - SP286155
RECORRENTE : EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA
ADVOGADOS : JOSÉ WALTER DE QUEIROZ MACHADO E OUTRO(S) -
MG019094
SILAS MELO MORAES - MG098553
GUSTAVO HENRIQUE DE QUEIROZ MACHADO -
MG127829
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : VIACAO MOTTA LIMITADA
INTERES. : EUCATUR-EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES
E TURISMO LTDA
INTERES. : EMPRESA REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
INTERES. : VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): Trata-se de Recursos Especiais (art. 105, III, "a", da CF) interpostos contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região cuja ementa é a seguinte (fls. 630-632, e-STJ):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. DIREITO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AO PASSE LIVRE NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL. LEI 8.899/94. LIMITAÇÃO DO DECRETO 3.691/2000. PRELIMINAR DE NULIDADE SENTENÇA REJEITADA. SENTENÇA EXTRA PETIDA NÃO RECONHECIDA. LEGITIMAÇÃO ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMAÇÃO PASSIVA DA UNIÃO. DECRETO. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E SEPARAÇÃO DOS PODERES REJEITADA. INEXISTENCIA DE FONTE DE CUSTEIO. EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO. DANOS IMPUTÁVEIS À OMISSÃO DA UNIÃO FEDERAL NA REGULAMENTAÇÃO DE LEI. COISA JULGADA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. EFEITOS EM TODO O

TERRITÓRIO NACIONAL.

1- O presente feito envolve a discussão do direito dos deficientes comprovadamente carentes, ao transporte interestadual gratuito - "passe livre" instituído pela Lei 8.899/94, sem a limitação do número de assentos impostas no artigo 1º do Decreto nº. 3.691/2000.

2- Não há que se falar em sentença *extra petita*, pois a sentença apreciou o pedido no delimito do objeto litigioso, restando afastada o pedido de nulidade da sentença, sem qualquer ofensa aos dispositivos legais pertinentes.

3- O § 4º do art. 461 do CPC, que permite ao magistrado fixar de ofício impor multa diária, independentemente de pedido do autor ou mesmo alterar o valor se considera-lo insuficiente.

4- Nesse sentido, o STF pacificou a questão ao estabelecer que no gênero "interesses coletivos", ao qual o art. 129, III, CF faz referência, se incluem os "interesses individuais homogêneos" cuja tutela, dessa forma, pode ser pleiteada pelo Ministério Público, se quando a lesão deles, visualizada em sua dimensão coletiva, pode comprometer interesses sociais relevantes. (RE 163.231/SP, Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 29-06-2001).

5- Agência Nacional de Transporte Terrestres - ANTT assumiu parte daquelas atribuições, sendo responsável nos termos da Lei nº. 10.233/01 pela fiscalização direta ou indireta sobre a prestação dos serviços de transporte interestadual e internacional de passageiros, devendo ser intimada para divulgação e fiscalização do cumprimento da ordem judicial.

6- No que se refere à legitimidade para os demais termos da ação, estando a União na qualidade titular do serviço e única responsável por sua respectiva regulamentação é patente sua legitimidade, pois possui a titularidade do interesse em conflito e a exclusividade no poder de regulamentar.

7- A edição do Decreto 3.691/2000, ao limitar a fruição do chamado "passe livre" quanto ao número de assentos nos veículos coletivos, restringiu também o alcance protetivo da norma, em prejuízo ao direito garantido aos deficientes financeiramente carentes na Lei nº. 8.899/94, devendo ser mantida a r. sentença, para que as concessionárias se abstenham de observar limitação de assentos estabelecida no artigo 1º do Decreto 3.691/2000, sob as penas ali cominadas.

8- A Lei 8.899/94 foi declarada constitucional pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, salientando-se que a Constituição, ao assegurar a livre concorrência, também, determinou que o Estado deveria empreender todos os seus esforços para garantir a acessibilidade ao portador de carências especiais, para que se promovesse a igualdade de todos, em cumprimento aos fundamentos da República de cidadania e dignidade da pessoa humana, o que se realizaria pela definição de meios para que eles fossem atingidos

9- A ausência de indicação de fonte de custeio não impede o direito ao transporte gratuito de pessoas deficientes hipossuficientes, pois caso exista ônus que implique em rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência do cumprimento da sentença, poderão pleitear a revisão dos contratos de concessão, comprovando que o cumprimento do estabelecido na sentença, oneraram seus contratos de forma a justificar a revisão, razão por que não merece reformas neste aspecto a sentença, que decidiu no mesmo sentido

10- Ante a necessidade da edição de regulamentação específica,

Superior Tribunal de Justiça

conforme fundamentos exposto na decisão supra, ausente a ilicitude da conduta das requeridas transportadoras, a inviabilizar a responsabilidade por dano moral coletivo.

11- A restrição dos efeitos da sentença nos limites da competência territorial do Juízo prolator, se quer atenderia à finalidade do próprio objeto da ação, que é o transporte interestadual, desta forma, os efeitos da decisão devem ser estendidos a todo território nacional.

12- Apelações e recurso adesivo das requeridas transportadoras não providas. Remessa oficial tida por interposta e apelações da União e Ministério Público Federal parcialmente providas.

As recorrentes, nas razões do Recurso Especial, sustentam que ocorreu, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 128, 264, *caput* e parágrafo único, 282, III e IV, 294, 460 e 462 do CPC; 16, *caput*, da Lei 7.347/1985; 11 da Lei 5.010/1966; e 1º do Decreto 3.691/2000. Defendem a impossibilidade de atribuir efeitos nacionais à decisão proferida na primeira instância em Ação Civil Pública. Alegam, ademais, a legalidade da limitação de assentos prevista no Decreto 5.296/2004.

Contrarrazões apresentadas pelo Ministério Público Federal às fls. 794-813, e-STJ.

É o relatório.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.331 - MS (2015/0273850-0)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): Examino cada um dos Recursos separadamente.

1. Recurso Especial da Viação Garcia Ltda.

A ora recorrente aduz, em Recurso Especial, violação do art. 16, *caput*, da Lei 7.347/1985, sob o argumento de que os efeitos da decisão proferida nos autos deveriam ficar restritos aos limites da competência territorial do órgão prolator.

A irresignação não merece prosperar.

In casu, cumpre reiterar minhas observações lançadas em voto-vista, no REsp 1.366.615/CE, a respeito da interpretação do art. 2º-A da Lei 9.494/1997, que deu nova redação ao art. 16 da Lei 7.347/1985, e das demais disposições cabíveis à hipótese dos autos.

Tal exegese não deve ser feita exclusivamente pelo método literal. Em verdade, a interpretação desse dispositivo há de ser sistemática.

Trata-se de observação relevante, que reitera o convencimento de que os dispositivos confrontados não modificaram as determinações existentes no Código de Defesa do Consumidor ou na Lei do Mandado de Segurança sobre a matéria em debate.

Com efeito, os arts. 93 e 103 do CDC são de aplicação integrada e subsidiária nas ações coletivas de que cuida a Lei 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública). Assim dispõem os arts. 93 e 103 do CDC (Lei 8.078/1990):

Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

Superior Tribunal de Justiça

II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.

(...)

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:

I - *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II - *ultra partes*, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III - *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

§ 1º Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

§ 3º Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99.

Vale ressaltar que o diálogo entre os preceitos da Lei Consumerista e as da Lei da Ação Civil Pública se dá por disposição expressa dos arts. 90 do CDC e 21 da LACP.

Dos exatos termos do artigo 90, deduz-se que as normas da Lei 7.347/1985 se aplicam às ações previstas no CDC "*naquilo que não contrariar suas disposições*". No mesmo sentido, sobre a competência do juízo para processar e julgar as Ações Coletivas, vem o artigo 93 do CDC, que estabelece regras de competência segundo a extensão dos danos

Superior Tribunal de Justiça

causados aos direitos supraindividuais – e assim ocorre tanto para os danos de âmbito local, como para os de âmbito regional e nacional.

Recorrer, portanto, aos "limites da competência" para reduzir a efetividade de uma sentença em Ação Coletiva, além de raciocínio equivocado, implica infringência às regras do próprio CDC, as quais determinam que o juízo do foro da Capital do Estado ou do Distrito Federal detém competência absoluta para julgar as causas que tratem de dano de âmbito nacional ou regional, incidindo, ademais, as regras do CPC aos casos de competência concorrente.

Nesse contexto, deve-se elidir eventual interpretação literal ao artigo 2º-A da Lei 9.494/1997 que lhe confira o sentido de limitar a eficácia da coisa julgada, porquanto tal interpretação ofenderia a integração normativa entre as disposições do CDC e as da LACP (por inobservância aos arts. 90 e 21 supracitados), bem como afrontaria as regras do Código de Defesa do Consumidor aplicáveis à espécie. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. EFICÁCIA DA DECISÃO. LIMITES. JURISDIÇÃO DO ÓRGÃO PROLATOR. EFICÁCIA ERGA OMNES.

1. É missão do Ministério Público Federal a promoção, pela via coletiva, da tutela dos interesses e direitos individuais coletivamente considerados, com repercussão social. Na hipótese dos autos, verifica-se que o Parquet não pretende defender apenas os interesses da cidadã que faleceu no curso do processo, mas sim de todos os cidadãos que se encontram em situação semelhante.

2. *No que se refere à abrangência da sentença prolatada em ação civil pública relativa a direitos individuais homogêneos, a Corte Especial decidiu, em recurso repetitivo, que "os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)" (REsp 1.243.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado sob a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, DJ 12/12/2011).*

3. *Os efeitos do acórdão dos autos são erga omnes, abrangendo todas as pessoas enquadráveis na situação da substituída, sob pena de ocorrerem graves limitações à extensão e às potencialidades da ação civil pública, o que não se pode admitir.*

4. *"As ações que versam interesses individuais homogêneos participam da ideologia das ações difusas, como sói ser a ação civil pública. A despersonalização desses interesses está na medida em que o Ministério Público não veicula pretensão pertencente a quem quer que seja individualmente, mas pretensão de natureza genérica, que, por via de prejudicialidade, resta por influir*

Superior Tribunal de Justiça

nas esferas individuais" (REsp 1.005.587/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/12/2010, grifei).

5. Nos termos dos arts. 5º, inciso III, e 7º, inciso IV, da Lei 8.080/90, é obrigação do Estado o estabelecimento de condições que assegurem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, razão pela qual é cabível a condenação dos entes federados ao fornecimento dos medicamentos hipometilantes aos demais pacientes portadores da Síndrome Mielodisplásica, mediante prescrição médica de profissional habilitado na rede pública de saúde.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1550053/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 10/12/2015).

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. EFICÁCIA DA DECISÃO. LIMITES. JURISDIÇÃO DO ÓRGÃO PROLATOR. EFICÁCIA ERGA OMNES.

1. É missão do Ministério Público Federal a promoção pela via coletiva da tutela dos interesses e direitos individuais coletivamente considerados, com repercussão social. Na hipótese dos autos, verifica-se que o Parquet não pretende defender apenas os interesses da cidadã que faleceu no curso do processo, mas sim de todos os cidadãos que se encontram em situação semelhante.

2. No que se refere à abrangência da sentença prolatada em ação civil pública relativa a direitos individuais homogêneos, a Corte Especial decidiu, em recurso repetitivo, que "os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)" (REsp 1.243.887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado sob a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, DJ 12/12/2011.).

3. *Os efeitos do acórdão dos autos são erga omnes, abrangendo todas as pessoas enquadráveis na situação da substituída, sob pena de ocorrerem graves limitações à extensão e às potencialidades da ação civil pública, o que não se pode admitir.*

4. "As ações que versam interesses individuais homogêneos participam da ideologia das ações difusas, como sói ser a ação civil pública. A despersonalização desses interesses está na medida em que o Ministério Público não veicula pretensão pertencente a quem quer que seja individualmente, mas pretensão de natureza genérica, que, por via de prejudicialidade, resta por influir nas esferas individuais" (REsp 1.005.587/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/12/2010, grifei).

5. Nos termos dos arts. 5º, inciso III, e 7º, inciso IV, da Lei 8.080/90, é obrigação do Estado o estabelecimento de condições que assegurem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, razão pela qual é cabível a condenação dos entes federados ao fornecimento dos medicamentos hipometilantes aos demais pacientes portadores da Síndrome Mielodisplásica, mediante prescrição médica de profissional habilitado na rede pública de saúde.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1460242/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 10/12/2015)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. IMPETRAÇÃO POR ENTIDADE ASSOCIATIVA. SERVIDORES E PENSIONISTAS DO DNOCS. EFEITOS DE SENTENÇA PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA. JUÍZO DA SEDE FUNCIONAL DA AUTORIDADE COATORA. CRITÉRIO DO ÂMBITO DE ATRIBUIÇÕES DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA IMPETRADA. REALINHAMENTO DE VOTO.

1. A interpretação do art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997 comporta, a princípio, a existência de mais de um juízo competente para processar e julgar a controvérsia levada ao Judiciário.

2. No caso concreto, a autoridade coatora é o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, autarquia federal sediada provisoriamente em Fortaleza/CE (art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 4.229/1963). Assim, a competência absoluta para apreciar o mandado de segurança (individual ou coletivo) é da Justiça Federal daquela localidade, não havendo fundamento para limitação territorial da eficácia do provimento do julgado aos substituídos com domicílio na circunscrição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

3. *Na espécie, a eficácia do título judicial deve estar relacionada aos limites geográficos pelos quais se estendem as atribuições da autoridade administrativa (Diretor-Geral do DNOCS), e não aos substituídos domiciliados no âmbito de jurisdição do órgão prolator da decisão.*

4. Realinho o voto anteriormente proferido.

Agravo regimental interposto pela ASSECAS provido.

(AgRg no AgRg no AgRg no REsp 1366615/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 24/11/2015).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO POSTAL. ECT. LITISCONSÓRCIO. UNIÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ENTREGAS INDIVIDUALIZADAS DE OBJETOS DE CORRESPONDÊNCIAS EM CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E VERTICAIS, RESIDENCIAIS OU COMERCIAIS. ABRANGÊNCIA DA DECISÃO. ALÍNEA "C".

DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.

1. *No que se prende à abrangência da sentença prolatada em ação civil pública relativa a direitos individuais homogêneos, a Corte Especial decidiu, em sede de recurso repetitivo, que "os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)" (REsp 1243887/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado sob a sistemática prevista no art. 543-C do CPC, DJ 12/12/2011).*

2. Desse modo, os efeitos do acórdão em discussão nos presentes autos são erga omnes, abrangendo a todas as pessoas enquadráveis na situação fático-jurídica descrita no julgado, independentemente da competência do órgão prolator. Não fosse assim, haveria graves limitações à extensão e às potencialidades da ação civil pública, o que não se pode admitir.

3. Com relação à alínea "c" do permissivo constitucional, observa-se que o

recurso especial não logrou demonstrar o dissídio jurisprudencial porquanto coligiu precedentes superados pelo aludido recurso representativo da controvérsia.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 601.989/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 18/03/2015)

Dessarte, não prospera o recurso da parte recorrente, por meio do qual se busca limitar os efeitos do *decisum* objurgado à competência territorial do órgão prolator.

2. Recurso Especial da Empresa de Transportes Andorinha S/A

A ora recorrente alega, em Recurso Especial, violação do artigo 1º do Decreto 3.691/2000, sob o argumento de que a limitação no número de assentos a pessoas com deficiência não extrapola os termos da Lei 8.899/1994.

O Tribunal *a quo*, ao decidir a questão, consignou (fls. 615-616/e-STJ):

Da leitura dos dispositivos supra, verifica-se que a limitação de 2 (dois) assentos em cada veículo não encontra respaldo legal na Lei 8.899/94, pois ali se definiu como condição única para que o deficiente utilize do transporte coletivo interestadual, a comprovação da carência econômica, **pois a finalidade da norma é a proteção das pessoas portadoras de deficiência, o que é um comando constitucional, conforme se depreende da leitura artigos 224 e 227, § 2º que, entre outros direitos, asseguram tratamento diferenciado, com o fim de promover-lhes a integração na sociedade e garantir-lhes o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, dentre os quais, o direito questionado nos autos.**

Donde também se conclui, que o benefício conferido pela Lei 8.899/94 aos deficientes, comprovadamente carentes, não ofende o princípio da isonomia, pelo contrário, assegura seu cumprimento, pois concretizam direitos assegurados constitucionalmente.

Conforme se extrai do excerto acima transcrito, na hipótese dos autos percebe-se que a *vexata quaestio* foi analisada pelo Sodalício *a quo* sob o viés constitucional, mormente pelo fato de aquela Corte ter evidenciado que a limitação de 2 (dois) assentos em cada veículo, imposta pelo Decreto 3.691/2000, implica ofensa aos comandos constitucionais que asseguram tratamento diferenciado às pessoas com deficiência, com o fim de propiciar-lhes integração na sociedade e garantir-lhes pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

Superior Tribunal de Justiça

Dessarte, inviável a análise da *quaestio iuris* pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de invasão da competência do STF.

3. Recurso Especial da Empresa Gontijo de Transportes S/A

A ora recorrente aponta, em Recurso Especial, violação dos arts. 128, 264, 282, 293, 294 e 460 do CPC e 16, *caput*, da Lei 7.347/1985, sob a argumentação de que houve julgamento *extra petita* e de que os efeitos da decisão proferida nos autos deveriam ficar restritos aos limites da competência territorial do órgão prolator.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem, ao decidir a questão, consignou (fl. 611/e-STJ):

A petição inicial da presente traz como pretensão do autor, entre outras, a condenação das requeridas transportadoras a imediata concessão de passe livre *a todos os passageiros portadores de deficiência* carentes que comprovem sua condição, sob pena de fixação de multa (sugerida) em R\$ 1.000,00 (um mil reais), (fls. 23, item 2). (Grifei)

De forma que *se conclui que pela expressão "passe livre para todos os passageiros portadores de deficiência carentes" não está incluído qualquer limitação de assentos.*

Consoante o excerto acima transcrito, nota-se que o Sodalício *a quo* promoveu a interpretação lógico-sistemática do pedido formulado na inicial, não havendo falar em julgamento *extra* ou *ultra petita*. Ademais, na Ação Civil Pública, ao contrário da litigiosidade e da processualística tradicionais, *o pedido é fluido* ou *aberto*, pois incumbe ao juiz dar eficácia plena aos direitos e obrigações subjacentes à causa de pedir, mesmo quando as providências judiciais necessárias forem meramente implícitas. Em síntese, no processo civil coletivo o juiz não decide sobre fragmentos aleatórios ou periféricos, mas sim sobre a totalidade de um microsistema jurídico metaindividual, normalmente composto de prerrogativas indisponíveis e de ordem pública, que precisa de efetividade imediata, se necessário garantido pela via judicial.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC. VÍCIOS INEXISTENTES. ALEGADA ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SÚMULA 329/STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO-COTISTA. SÚMULA 7/STJ. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRÉVIA (ART. 17, §7º, DA LEI 8.429/92). NULIDADE RELATIVA. NÃO COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. INDEVIDA DISPENSA DE LICITAÇÃO. REALIZAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÕES, PELAS EMPRESAS CONTRATADAS. ACÓRDÃO IMPUGNADO QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA EXISTÊNCIA DE ATO ÍMPROBO.

SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

VII. *O STJ firmou entendimento no sentido de que "não há violação dos arts. 128 e 460 do CPC e o julgamento extra petita quando o órgão julgador interpreta de forma ampla o pedido formulado na exordial, decorrente de interpretação lógico-sistemática da petição inicial"* (STJ, AgRg no REsp 1.366.327/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/05/2015). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 1.324.787/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/04/2015.

(...)

IX. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 484.423/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 14/12/2015)

Quanto à alegação de afronta aos arts. 264, 282, 293 e 294 do CPC, percebe-se que sobre tais dispositivos o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor.

O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pela Corte *a quo*, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. SÚMULA 283/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

(...)

4. A falta de prequestionamento da questão federal, a despeito da

Superior Tribunal de Justiça

oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial (Súmula 211 do STJ).

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (REsp 872.706/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJ 22.02.2007, p. 169).

Relativamente à questão que envolve suposta mácula ao art. 16, *caput*, da Lei 7.347/1985, devem ser observados os mesmos fundamentos da decisão conferida ao Recurso Especial da Viação Garcia Ltda.

4. Recurso Especial da União

A União interpôs Recurso Especial sob o fundamento de que houve violação à Lei 8.899/1994 e aos arts. 16, *caput*, da Lei 7.347/1985; 11 da Lei 5.010/1966; e 1º do Decreto 3.691/2000. Aduz que os efeitos da decisão proferida nos autos deveriam ficar restritos aos limites da competência territorial do órgão prolator e que a limitação do número de assentos reservados a pessoas com deficiência, prevista no Decreto 3.961/2000, atende ao *princípio da razoabilidade*.

A irrisignação não merece prosperar.

Saliente-se, inicialmente, que, em caso de dúvida ou lacuna, a legislação de proteção de sujeitos vulneráveis deve ser interpretada ou integrada da forma que lhes seja mais favorável, vedado ao administrador e ao juiz acrescentar, acentuar ou inferir limitações ao exercício pleno dos direitos individuais e sociais previstos na Constituição e nas leis. Exatamente em decorrência da particular condição física, mental ou sensorial a exigir atenção elevada e prioritária para que se viabilize por completo sua inalienável dignidade humana, as pessoas com deficiência precisam de mais direitos – e também de direitos mais eficazes –, predicado não só inseparável do Estado Social de Direito, constitucionalizado em 1988, como também indicador do *grau de civilização* dos brasileiros.

Consoante decisão exarada no Recurso Especial da empresa de transporte Andorinha S/A, o Tribunal *a quo*, ao decidir a questão, consignou (fls. 615-616/e-STJ):

Da leitura dos dispositivos supra, verifica-se que a limitação de 2

Superior Tribunal de Justiça

(dois) assentos em cada veículo não encontra respaldo legal na Lei 8.899/94, pois ali se definiu como condição única para que o deficiente utilize do transporte coletivo interestadual, a comprovação da carência econômica, *pois a finalidade da norma é a proteção das pessoas portadoras de deficiência, o que é um comando constitucional, conforme se depreende da leitura artigos 224 e 227, § 2º que, entre outros direitos, asseguram tratamento diferenciado, com o fim de promover-lhes a integração na sociedade e garantir-lhes o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, dentre os quais, o direito questionado nos autos.*

Donde também se conclui, que o benefício conferido pela Lei 8.899/94 aos deficientes, comprovadamente carentes, não ofende o princípio da isonomia, pelo contrário, assegura seu cumprimento, pois concretizam direitos assegurados constitucionalmente.

Nota-se que, na hipótese dos autos, a *vexata quaestio* foi analisada pelo Sodalício *a quo* sob o viés constitucional, mormente pelo fato de aquela Corte ter evidenciado que a limitação de 2 (dois) assentos em cada veículo, imposta pelo Decreto 3.691/2000, implica violação dos comandos constitucionais que garantem tratamento diferenciado aos portadores de deficiência, com o intuito de a eles propiciar a integração na sociedade e assegurar-lhes o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

Outrossim, a própria fundamentação do Recurso Especial da União indica que a questão dependeria de análise do *princípio constitucional da razoabilidade*.

Dessarte, inviável a análise da *quaestio iuris* pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de invadir a competência do STF.

Relativamente à questão que envolve suposta ofensa ao art. 16, *caput*, da Lei 7.347/1985, devem ser observados os mesmos fundamentos da decisão conferida ao Recurso Especial da Viação Garcia Ltda.

Por tudo isso, **nego provimento aos Recursos Especiais.**

É como **voto.**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
SEGUNDA TURMA**

Número Registro: 2015/0273850-0

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.568.331 / MS

Números Origem: 00076944320004036000 1226387 200060000076945 76944320004036000

PAUTA: 18/10/2016

JULGADO: 18/10/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **HERMAN BENJAMIN**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. MÔNICA NICIDA GARCIA

Secretária

Bela. VALÉRIA ALVIM DUSI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : VIAÇÃO GARCIA LTDA
ADVOGADOS : PAOLA CAETANO DE CARVALHO E OUTRO(S) - PR062948
SANDRA SOLEDAD ESTELLÉ ESCOBAR - PR040412
RECORRENTE : EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A
ADVOGADOS : VALDEMIR DA SILVA PINTO E OUTRO(S) - SP115567
LUCIANO ROGÉRIO BRAGHIM - SP149792
FERNANDO HENRIQUE CHELLI - SP249623
GLEISON MAZONI - SP286155
RECORRENTE : EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA
ADVOGADOS : JOSÉ WALTER DE QUEIROZ MACHADO E OUTRO(S) - MG019094
SILAS MELO MORAES - MG098553
GUSTAVO HENRIQUE DE QUEIROZ MACHADO - MG127829
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : VIACAO MOTTA LIMITADA
INTERES. : EUCATUR-EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO
LTDA
INTERES. : EMPRESA REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA
INTERES. : VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -
Responsabilidade da Administração - Indenização por Dano Moral

SUSTENTAÇÃO ORAL

PRONUNCIAMENTO ORAL DA SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, Dra.
MÔNICA NICIDA GARCIA.

CERTIDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento aos recursos, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator."

Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães (Presidente) e Francisco Falcão votaram com o Sr. Ministro Relator.

